

Termo de Referência 344/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
344/2025	120195-CENTRO DE AQUISIÇÕES ESPECIFICAS	CAROLINE REIS DE SIQUEIRA	16/07/2025 15:06 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		9009/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 67106.000961/2025-73)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte rodoviário e aéreo municipal, intermunicipal e interestadual de medicamentos (inclusive os sujeitos a regime especial de controle – Portaria 344/1998 e suas atualizações – e termolábeis com temperatura entre 2° e 8°C), produtos para a saúde, cosméticos, insumos farmacêuticos e saneantes, por DEMANDA fracionada ou de um só volume, para entrega porta à porta, da cidade do Rio de Janeiro para todas capitais e municípios das 5 (cinco) regiões geográficas do território nacional, por um período de 12 meses, servindo de apoio à consecução das atividades finalísticas do Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Realização de transporte de medicamentos (inclusive os sujeitos a regime especial de controle – Portaria 344/1998 e suas atualizações – e termolábeis com temperatura entre 2° e 8°C), produtos para a saúde, cosméticos, insumos farmacêuticos e saneantes, por DEMANDA fracionada ou de um só volume, por via rodoviária ou aérea, para entrega porta à porta para as regiões norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul do Brasil.	25208 19445	KG/KM	12 MESES	R\$ 48.500,33	R\$ 582.003,99

--	--	--	--	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. A estimativa das quantidades em peso (kg) e valores por região foi baseada no histórico de recebimentos de medicamentos e produtos para saúde ocorridos nos anos de 2022-2024, acrescido das expectativas futuras de demanda de medicamentos, como as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Ministério da Saúde.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por preço unitário e Execução por Tarefa**.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano contados da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua para o transporte de medicamentos (inclusive os sujeitos a regime especial de controle – Portaria 344/1998 e suas atualizações – e termolábeis com temperatura entre 2° e 8°C), produtos para a saúde, cosméticos, insumos farmacêuticos e saneantes para o abastecimento das Organizações de Saúde da Força Aérea Brasileira, das Instituições Públicas de Saúde e do Ministério da Saúde. Dessa forma, a vigência plurianual é mais vantajosa considerando a otimização e celeridade dos fluxos e procedimentos de contratações anuais, desafogando os setores de compras e licitações com a repetição da demanda apresentada, bem como evitando eventuais interrupções do fornecimento.

1.5.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação foi incluído, de forma extraordinária, no Plano de Trabalho Anual (PTA) 2025 do LAQFA através da DFD 65/2025, enviada ao CAE por meio do Ofício nº 1/SDGM/330 de 19 de fevereiro de 2025. E, está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta nas informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

4.1.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 40% (quarenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.1.3. Na forma da Lei nº 11.442/2007, com ou sem exclusividade, sem subordinação ou dependência, poderá ser prestado serviço de transporte de cargas por empresas subcontratadas, para qualquer localidade do território nacional, via terrestre, sob sua responsabilidade, através de veículo próprio ou arrendado, bem como fazer serviços de coleta e entrega de carga em regiões previamente determinadas.

4.1.4. A Contratada poderá subcontratar outros modais para o transporte, compatíveis com as características dos produtos e das exigências técnicas necessárias, em localidades onde é impossível o transporte rodoviário, assumindo inteira responsabilidade por qualquer dano e contaminação a que venham causar ou a ocorrer, bem como à utilização de modais inadequados ou em más condições operacionais, podendo o LAQFA recusar o descarregamento dos transportadores que não satisfizerem essas exigências.

4.1.5. Considerando o disposto no Convênio SINIEF 06/1989, a subcontratação de serviço de transporte poderá ser firmada por opção do prestador de serviço de transporte nos casos em que não possa realizar o serviço por meio próprio, como por exemplo, nos percursos aquaviários e aeroviários.

4.1.6. Na subcontratação, fica a empresa subcontratada responsável pelo transporte da mercadoria em todo o seu trajeto; ou seja, desde a saída do estabelecimento remetente até o destinatário final.

4.1.7. A responsabilidade pelo recolhimento do ICMS recai à transportadora Contratante, cujo valor deve ser destacado no Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga por ela emitido.

I. Este documento acobertará a prestação do serviço, devendo conter, além dos demais requisitos, a expressão (no campo "Observações"): "Transporte Subcontratado com ..., veículo marca ..., placa nº ..., UF ..";

II. A critério de cada Estado, a transportadora subcontratada poderá emitir recibo em nome da empresa que a contratou.

III. Na hipótese de a transportadora subcontratada optar pela emissão do seu Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga para fim de cobrança da transportadora subcontratante, este deverá conter os dados do remetente e do destinatário da carga nos campos próprios, e da transportadora B.

4.1.8. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.10. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentual mínimo de e máximo de , atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:

4.1.10.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas com a descrição, dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

4.1.10.2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.1.10.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

4.1.10.4. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

4.1.10.4.1. Microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.1.10.4.2. Consórcio composto, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no Art. 15 da Lei nº 14.133/2021; e

4.1.10.4.3. Consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

4.1.10.5. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

4.2. Garantia da contratação

4.2.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.3. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.3.1. Os serviços a serem executados consistem no acondicionamento, no transporte e na entrega de cargas, como caixas, embalagens e outros tipos de materiais considerados como volumes de

propriedade e de interesse do Laboratório Químico- Farmacêutico da Aeronáutica, destinadas a todas as unidades da Federação, capitais e municípios.

4.3.2. Das cargas: Este Termo de Referência é para transporte de medicamentos (inclusive os sujeitos a regime especial de controle, – Portaria 344/1998 e suas atualizações– e termolábeis com temperatura entre 2° e 8°C), produtos para a saúde, cosméticos, insumos farmacêuticos e saneantes.

4.3.3. Documentação: Apresentar, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato, a documentação a seguir especificada:

a) Relação da frota de veículos transportadores que serão disponibilizados para prestação dos serviços, contendo a placa do veículo e a capacidade;

b) Relação nominal indicando o preposto e motoristas vinculados à prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência;

c) De acordo com o parágrafo 3º do Art. 9º da Lei Nº 9.611, de 19 de Fevereiro de 1998, os documentos emitidos pelos subcontratados do Operador de Transporte Multimodal serão sempre em favor deste;

I. Apólice de seguro total, incluindo responsabilidade civil e contra terceiros;

II. Apólice de seguro adicional que inclua coberturas para danos pessoais, contendo o valor da indenização em casos de acidentes com vítima fatal e/ou invalidez permanente por vítima, no valor mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

III. Licença operacional de exigência legal na operação Contratada, caso tenha apresentado protocolo de entrada do processo de licenciamento por ocasião da fase de habilitação;

IV. A Contratada poderá justificar a falta da licença operacional mediante apresentação do protocolo de entrada do processo de licenciamento em conjunto com documento comprobatório de que o processo encontra-se em análise, ambos emitidos pelos Órgãos responsáveis, desde que tenham sido cumpridos os prazos definidos como necessários para protocolização da documentação;

V. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

VI. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO

4.3.4. Operador rodoviário:

4.3.4.1. O motorista designado pela Contratada para a direção do veículo transportador solicitado pelo LAQFA deverá possuir:

a) Carteira Nacional de Habilitação – CNH – categoria “D” ou “E”; e

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) comprovando ser motorista profissional de veículo rodoviário de cargas - código 7825 da Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.3.4.2 O motorista deverá se apresentar ao serviço com uniforme da Contratada e portando crachá, bem como portar Carteira Nacional de Habilitação e do veículo transportador em serviço. É vedado estar de bermuda/short, chinelos de qualquer modelo e camiseta sem manga (tipo regata).

4.3.4.3. O motorista, durante o deslocamento, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventual despesa, tais como estacionamento, pedágio, alimentação, pousada e manutenção do veículo transportador.

4.3.4.4. O crachá funcional personalizado fornecido pela Contratada ao motorista deverá conter, no mínimo:

- a) foto 3x4 atual;
- b) nome completo do empregado;
- c) número de registro ou matrícula na empresa; e
- d) assinatura identificada do responsável pela Contratada.

4.3.4.5. O motorista deverá respeitar a ordem, a disciplina, os militares e servidores civis do LAQFA e das instituições de destino quando em horário de trabalho ou em qualquer situação.

4.3.4.6. O motorista não deve se dirigir aos militares e servidores civis do LAQFA e funcionários das instituições de destino para tratar de assuntos particulares ou não relacionados ao serviço de transporte.

4.3.4.7. Não será fornecida alimentação à equipe que comparecer ao LAQFA para carregamento, sob nenhuma hipótese.

4.3.5. Preposto

4.3.5.1. A Contratada deverá indicar um preposto, que será o contato entre o LAQFA e a Contratada, o qual a representará na execução do contrato, promovendo obrigatoriamente as correções, às suas expensas, que se fizerem necessárias quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto do contrato, conforme preceitua o artigo 118, da Lei nº 14.133/21.

4.3.5.2. No caso de substituição do preposto, a Contratada ficará obrigada a informar, por escrito, ao LAQFA.

4.3.5.3. O preposto deverá estar regido pela Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, sob um dos seguintes títulos:

- a) Diretor de Operações – Código 1226;
- b) Gerente de Operações – Código 1416;
- c) Especialista em Logística de Transportes – Código 3421;
- d) Técnico em Transporte Rodoviário – Código 3423.

4.3.5.4. O preposto responderá:

- a) pelo cumprimento das normas que disciplinam a atividade de transporte de cargas e
- b) solidariamente com a Contratada pela adequação e manutenção dos veículos transportadores e equipamentos, bem como pela qualificação e treinamento de seus funcionários de operação e prestadores de serviços.

4.3.5.5. A Contratada deverá garantir, obrigatoriamente, a presença do preposto sempre que o LAQFA requisitar o serviço de transporte, objeto deste Termo de Referência, para, em nome da Contratada, realizar, no local de recebimento da carga, a supervisão a coordenação e o acompanhamento direto, do início ao término da prestação do serviço no LAQFA.

4.3.5.6. O preposto deverá se apresentar no local do serviço com uniforme da Contratada ou em trajes compatíveis, além de portar o crachá funcional personalizado da Contratada.

4.3.5.7. Quaisquer assuntos sobre a prestação do serviço de transporte de carga deverão ser tratados pelo preposto diretamente com o Fiscal do Contrato.

4.3.6. Solicitação de transporte

4.3.6.1. A solicitação do serviço de transporte rodoviário, para entrega porta a porta, das cargas, será feita pelo LAQFA via correio eletrônico. Neste correio eletrônico, serão informados a data solicitada e os destinos planejados.

4.3.6.2. A Contratada terá até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento do correio eletrônico, para retirar a carga no almoxarifado do LAQFA.

4.3.7. O serviço é caracterizado como continuado pelo fato de que uma eventual paralisação da atividade contratada implica em prejuízo ao exercício das atividades da Administração contratante.

4.3.7.1. O serviço objeto deste Termo de Referência será formalizado através de contrato que terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por igual e sucessivo período subsequente, mediante termos aditivos, até o limite de 10 (dez) anos, após a verificação da real necessidade e com vantagens à Administração na continuidade do contrato, nos termos do Art. 107, da Lei nº 14.133/21.

4.3.8. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.3.9. As obrigações da Contratada e da Contratante estão previstas neste TR conforme itens subsequentes.

4.4. Sustentabilidade

4.4.1. A Contratada deverá adotar ações de sustentabilidade ambiental previstas no Decreto nº 7.746 de 05/06/2012, observando especialmente os itens a seguir:

4.4.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.4.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138 de 08 de outubro de 2003;

4.4.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20 de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.4.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços.

4.4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7ª edição (outubro/2024):

4.4.2.1. Para o exercício de atividade de prestação de serviços de transporte rodoviário e aéreo municipal, intermunicipal e interestadual de medicamentos (inclusive os sujeitos a regime especial de controle – Portaria 344/1998 e suas atualizações – e termolábeis com temperatura entre 2° e 8°C), produtos para a saúde, cosméticos, insumos farmacêuticos e saneantes, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: a empresa deverá apresentar Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n. 13/2021 e normas supervenientes.

4.4.2.2. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;"

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.

5.1.2. A Contratada fará recebimento e transporte dos produtos farmacêuticos de segunda a sexta-feira, nos horários agendados. Em casos excepcionais, este horário poderá sofrer alteração, sendo previamente comunicado à Contratada.

5.1.3. A retirada dos materiais a serem transportados ocorrerá nas dependências do LAQFA situado na Estrada do Galeão, 4.001, Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ, salvo mediante comunicação prévia de outro local definido pela Contratante.

5.1.4. Toda entrega deverá ser conferida no ato de recebimento por um representante da Contratada e outro do LAQFA. Se for observada divergência entre as quantidades físicas e as constantes no rol de entrega, ou o material encontrar-se em condições inadequadas para uso, a Contratante deverá tomar as devidas providências objetivando a correção do problema antes da expedição do material.

5.2. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após a assinatura do contrato.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Embalagens

5.3.1. Para o transporte dos produtos termolábeis e termossensíveis, deverão ser utilizados caixas térmicas de parede dupla, elementos refrigerantes e materiais para preenchimento das caixas (plástico bolha, flocos de proteção, papel kraft) os quais deverão ser fornecidos pela Contratada.

5.3.2. Os volumes serão disponibilizados à Contratada devidamente embalados. Quaisquer discrepâncias, por ocasião do recebimento da carga, em especial, que possam comprometer o seu conteúdo durante a prestação do serviço, deverão ser comunicadas ao Fiscal do Contrato antes do seu carregamento no veículo transportador, pelo preposto da Contratada.

5.3.3. A Contratada deverá manter a integridade e a identificação das embalagens e dos medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e produtos para saúde, tais como: rótulos, etiquetas e outras identificações, bem como as características dos mesmos, até a sua entrega ao destinatário.

5.3.4. Os medicamentos não deverão ser transportados com outros materiais, que não sejam medicamentos, e que possam apresentar possibilidades de contaminação, tais como: produtos radioativos ou tóxicos, ou outra fonte de contaminação.

5.3.5. Deverão ser respeitadas todas as recomendações e instruções contidas nas etiquetas dos volumes, tais como: temperatura, fragilidade, etc. Em qualquer etapa do transporte, desde a coleta até a entrega ao destinatário, não é permitido comer, beber, fumar ou dormir junto à carga.

5.3.6. Toda entrega deverá ser acompanhada do rol de entrega, sendo conferida no ato de recebimento por um representante da Contratada e outro da Força Aérea Brasileira. Se for observada divergência entre as quantidades físicas e as constantes no rol de entrega, ou o material encontrar-se em condições inadequadas para uso, a Contratada deverá tomar as devidas providências, em um prazo máximo de 24 horas, objetivando a correção do problema.

Rotinas a serem cumpridas e outras informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4. A Contratada deverá observar os prazos máximos, em números de dias corridos, para a entrega da carga no destino final, contados a partir da data de recebimento da carga:

PRAZO DE ENTREGA - REGIÃO SUDESTE		
ESTADOS	AÉREO	RODOVIÁRIO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL	-	1 DIA
RIO DE JANEIRO - INTERIOR	-	2 DIAS
SÃO PAULO - CAPITAL	2 DIAS	2 DIAS
SÃO PAULO - INTERIOR	2 DIAS	5 DIAS
MINAS GERAIS - CAPITAL	2 DIAS	3 DIAS
MINAS GERAIS - INTERIOR	2 DIAS	5 DIAS
ESPÍRITO SANTO - CAPITAL	2 DIAS	3 DIAS
ESPÍRITO SANTO - INTERIOR	2 DIAS	5 DIAS
PRAZO DE ENTREGA - REGIÃO NORTE		
ESTADOS	AÉREO	RODOVIÁRIO
CAPITAL	3 DIAS	10 DIAS
INTERIOR	5 DIAS	15 DIAS
PRAZO DE ENTREGA - REGIÃO NORDESTE		
ESTADOS	AÉREO	RODOVIÁRIO
BAHIA E PERNAMBUCO - CAPITAL	2 DIAS	5 DIAS
BAHIA E PERNAMBUCO - INTERIOR	5 DIAS	7 DIAS
DEMAIS ESTADOS - CAPITAL	2 DIAS	6 DIAS
DEMAIS ESTADOS - INTERIOR	5 DIAS	8 DIAS
PRAZO DE ENTREGA - REGIÃO CENTRO-OESTE		
ESTADOS	AÉREO	RODOVIÁRIO
DISTRITO FEDERAL	2 DIAS	5 DIAS
DEMAIS ESTADOS - CAPITAL	2 DIAS	6 DIAS
DEMAIS ESTADOS - INTERIOR	5 DIAS	8 DIAS
PRAZO DE ENTREGA - REGIÃO SUL		
ESTADOS	AÉREO	RODOVIÁRIO
CAPITAIS	2 DIAS	5 DIAS
INTERIOR	3 DIAS	7 DIAS

5.5. Para apuração da distância será utilizada, a “tabela com a distância entre as cidades brasileiras” do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, verificando-se a distância do percurso entre origem e destino. Em caso de ausência de informação, será utilizado subsidiariamente o Guia Quatro Rodas em sua última edição.

5.6. Em se tratando de localidades longínquas ou de difícil acesso, que impossibilitem o cumprimento do transporte no tempo determinado, a Contratada deverá comunicar o fato e os motivos do atraso, por escrito, no prazo máximo de 02 (dois) dias antes daquele estabelecido para a entrega da carga a ser transportada, devendo ser convencionado novo prazo de entrega entre as partes, sem penalidade para a Contratada, caso os motivos alegados sejam devidamente justificados e aceitos pelo Contratante.

5.7. A movimentação da carga será de responsabilidade da Contratada e ela compreende:

a) o carregamento na origem, ou seja, receber, arrumar, distribuir e amarrar a carga no interior do veículo transportador, após a sua liberação no pátio, ou na plataforma de embarque/desembarque do almoxarifado do LAQFA, todo o trajeto de transporte;

b) o descarregamento no destino, ou seja, retirar a carga do interior do veículo transportador para plataforma de embarque /desembarque, pátio ou almoxarifado do destinatário.

5.7.1. No caso da logística reversa, o local de carregamento será a localidade indicada pela Contratante, sendo o local de descarregamento a plataforma de embarque/desembarque do almoxarifado do LAQFA.

5.7.2. O carregamento de produtos importados também poderá ser realizado no porto ou aeroporto com o descarregamento da carga na plataforma de embarque/desembarque do almoxarifado do LAQFA.

5.7.3. O carregamento na origem e o descarregamento no destino deverão ser realizados por funcionários da própria Contratada, utilizando seus próprios equipamentos e materiais.

5.7.4. A carga transportada pela Contratada será monitorada, nas suas condições climáticas, em 10 (dez) entregas a serem definidas pelo Contratante. A Contratada deverá seguir a seguintes rotinas:

a) A Contratada deverá executar o monitoramento climático das entregas através da apresentação de um documento de Qualificação de Transportes efetuado pela própria empresa;

b) O monitoramento térmico deverá ocorrer em 10 pontos na área de carregamento, também a serem definidas pelo Contratante;

c) De acordo com as rotas de entrega da carga, a contratante, em conjunto com a contratada, deverão selecionar as rotas mais críticas (pior caso) considerando distância, tempo de entrega, necessidade de armazenamento durante o transporte, sazonalidade (mínimo duas estações) etc.

d) O Protocolo de Qualificação de Transporte deverá ser disponibilizado para a Contratante para análise Prévia;

e) Após a realização do estudo, o Protocolo e o Relatório de Qualificação de Transporte devem ser remetidos à Contratante;

f) A carga transportada pela Contratada deverá ser monitorada, desde o embarque até a entrega ao cliente final, conforme diretrizes estabelecidas na RDC 886/2024 (Rastreabilidade de Medicamentos), que programam o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.

5.7.5. No momento do recebimento da carga, no destino final, os responsáveis pelo transporte, descarregamento e recepção devem:

a) Conferir quantitativamente;

b) Conferir qualitativamente;

c) Fazer triagem da documentação.

5.7.6. Em caso de não cumprimento dos itens acima mencionados ou de produtos que apresentem avarias ou danos em suas embalagens, o receptor deve promover o depósito da mercadoria em local apropriado e comunicar a ocorrência imediatamente ao LAQFA, de modo a possibilitar a sua devolução.

5.7.7. Caso seja verificado, por ocasião da entrega no local de destino, que a carga esteve, durante o transporte, fora do intervalo de temperatura pré-estabelecido, a avaliação da

qualidade do produto, baseada no estudo de estabilidade, na magnitude do desvio da faixa de temperatura e no tempo de exposição a que foi submetida a carga, deverá ser comprovada mediante laudo de análise físico-químico e microbiológico expedido por laboratório pertencente a rede REBLAS. No caso de tal ocorrência, serão observados os seguintes procedimentos:

- a) o prazo para o pagamento de Nota Fiscal correspondente ao serviço de transporte rodoviário de carga será interrompido até a emissão do laudo;
- b) as análises laboratoriais correrão à custa da Contratada.

5.7.8. Caso fique constatada a impropriedade para o consumo dos medicamentos analisados, as despesas correspondentes aos transportes rodoviários de cargas não serão pagas, por não ficar caracterizada a conclusão do serviço. Tal providência não elidirá o direito de regresso em eventuais ações judiciais por conta do ressarcimento de valores pagos pela Contratada ao LAQFA.

5.7.9. A entrega da carga deverá ocorrer sempre no horário comercial do destinatário, de acordo com o especificado no Termo de Coleta. Poderá, eventualmente, ocorrer carregamento/descarregamento aos sábados, domingos e feriados, de acordo com a necessidade prévia do LAQFA e da unidade destino.

5.7.10. A Contratada deverá disponibilizar, em caso de necessidade, meio de comunicação para atender o LAQFA aos sábados, domingos e feriados.

5.8. Veículos transportadores

5.8.1. As cargas, transportadas por veículos rodoviários, devem ser climatizadas.

5.8.2. O veículo deverá apresentar fechamento hermético perfeito, sem contato com o meio exterior. O seu interior deverá estar limpo, higienizado, desinfetado, dedetizado e com ausência de odores.

5.8.3. Os veículos transportadores deverão possuir pallets de plástico ou alumínio, que permitam formar casulos/prateleiras em seu interior para transportar cargas limitadas por empilhamento máximo.

5.8.4. Os veículos autorizados para o transporte de medicamentos, cosméticos, produtos para saúde, insumos farmacêuticos e saneantes deverão respeitar e garantir as condições gerais e específicas de armazenamento e conservação indicados em suas respectivas embalagens, utilizando os meios necessários para tal fim, como registradores de temperatura ou outros instrumentos que indiquem a manutenção das condições especificadas na embalagem do medicamento, assim como, protegê-los de fatores externos que possam afetar a integridade dos mesmos. Os registradores de temperatura deverão estar calibrados e rastreados a RBC.

5.8.5. Os Veículos devem possuir Qualificação Térmica. Devem ser realizados testes com carga e sem carga, teste de abertura de porta e teste de queda de energia, quando aplicável. Uma cópia da documentação de Qualificação deve ser disponibilizada para a Contratada e outra cópia deve ficar disponível no veículo para possíveis consultas.

5.8.6. É vedado o uso de qualquer tipo de adesivo colado no veículo transportador, mencionando estar a serviço da Força Aérea Brasileira ou Laboratório Químico-Farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA).

5.8.7. Por ocasião da acomodação dos medicamentos, cosméticos, produtos para saúde, insumos farmacêuticos e saneantes no veículo de transporte rodoviário, o Contratante

conferirá qualitativamente e quantitativamente a carga que está sendo acomodada no veículo, quando serão verificados:

- a) a existência de pallets para acomodar os medicamentos;
- b) a temperatura;
- c) a umidade;
- d) as condições de limpeza;
- e) a última data de dedetização;
- f) as condições de manutenção do veículo.

5.8.8. Todos os dados sobre a carga embarcada deverão ser preenchidos, na presença do motorista da Contratada, em formulário próprio, que se encontra em poder do Contratante.

5.8.9. Após o preenchimento do formulário pelo Contratante e rubricada a papeleta (em três vias), será ratificada a autorização de saída, o que significa que todas as condições pré-estabelecidas foram cumpridas. Uma via da papeleta ficará arquivada, uma cópia irá junto à carga e a outra será levada pelo motorista que fará o transporte.

5.8.10. No ato da entrega, o motorista da empresa Contratada deverá solicitar ao recebedor que rubrique a papeleta, garantindo que o medicamento foi entregue em bom estado e na quantidade correta.

5.8.11. Outras providências:

- a) apresentar seus veículos rodoviários transportadores para prestação dos serviços nos dias e horários estabelecidos, com capacidade adequada para transportar a quantidade de produto pré-determinada pelo LAQFA e carregá-los com pessoal e equipamentos próprios ou sob sua responsabilidade. A descarga nos destinatários será realizada pela Contratada nas mesmas condições;
- b) responsabilizar-se pela escolha e utilização de veículos transportadores e equipamentos compatíveis com as características dos produtos e das exigências técnicas necessárias, assumindo inteira responsabilidade por qualquer dano e contaminação que causar ou venha a ocorrer, inclusive devido à utilização de veículo transportador e/ou equipamentos inadequados ou em más condições operacionais, podendo o LAQFA recusar o carregamento dos veículos transportadores que não satisfizerem essas exigências;
- c) manter os veículos rodoviários transportadores em perfeitas condições de tráfego, limpeza, pintura e sua utilização, principalmente no que se refere às normas de segurança, efetuando adequadamente os serviços de manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças e tudo mais que se fizer necessário ao atendimento integral do disposto neste Termo de Referência e na legislação vigente;
- d) utilizar veículos transportadores que atendam a todas as normas de segurança legais, bem como as diretrizes de segurança no transporte, estabelecidas pelos Órgãos competentes, podendo o LAQFA recusar o carregamento dos veículos transportadores que, eventualmente, não satisfizerem estas exigências;
- e) disponibilizar veículos rodoviários em perfeito estado de conservação, manutenção e limpeza, abastecidos com combustível suficiente para a prestação dos serviços e dotados de todos os equipamentos e acessórios de segurança e sinalização exigida

pelo Código de Trânsito Brasileiro e pelas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

f) providenciar a reposição imediata do veículo rodoviário por outro de mesmo tipo ou superior, nos casos em que o veículo disponibilizado para a prestação do serviço não apresente condições de tráfego, seja por avaria de qualquer natureza ou por necessidade de reparos.

5.9. Frota

5.9.1. A frota de veículos rodoviários deverá ser própria ou adquirida por meio de arrendamento mercantil (leasing).

5.9.2. Será permitida a subcontratação parcial dos serviços de transportes pela Contratada, desde que a transportadora esteja devidamente habilitada nos termos das legislações vigentes e cumpra todas as exigências constantes do Edital e seus anexos, ficando, entretanto, sob a responsabilidade da Contratada todas as tarefas executadas pelas empresas subcontratadas.

5.10. Administração e circulação

5.10.1. A administração dos veículos transportadores para prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência ficará inteiramente a cargo da Contratada, não cabendo ao LAQFA qualquer responsabilidade por irregularidades advindas do transporte da carga.

5.11. Seguro

5.11.1. Os veículos transportadores deverão possuir seguro total, inclusive de responsabilidade civil e contra terceiros, ficando claro e certo que o LAQFA não assumirá quaisquer responsabilidades ou ônus advindos de sinistros com os veículos transportadores, tenham estes ocorrido dentro ou fora de suas instalações, envolvendo vítimas ou não, nem mesmo o pagamento e custos, que serão de responsabilidade exclusiva da Contratada, a qual deverá comprovar a efetivação do seguro e sua renovação periódica.

5.11.2. Os veículos transportadores deverão estar cobertos por apólice de seguro adicional que inclua coberturas para danos pessoais do motorista e ajudante, envolvidos em colisão ou qualquer tipo de acidente.

5.11.3. O valor da indenização, somente em caso de acidentes com vítima fatal e/ou invalidez, permanente por vítima, deverá constar da apólice de seguro adicional. O valor desta indenização por vítima não deverá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

5.11.4. Os veículos transportadores disponibilizados pela Contratada deverão possuir rastreador por satélite, que permita a Contratada, mediante solicitação do LAQFA, desde a saída até a entrega no local do destino, informar a localização em tempo real da carga que está sendo transportada.

5.11.5. Os veículos deverão possuir no máximo 10(dez) anos de fabricação.

5.11.6. Outras providências:

a) responder, sem qualquer limitação em função dos valores, limites ou natureza de cobertura do seguro, por toda e qualquer perda, desvio ou degradações da qualidade de produtos transportados ou danos que venham a sofrer as instalações, equipamentos, militares e servidores civis do LAQFA ou qualquer instituição de destino

da carga, bem como outras pessoas ou bens, em consequência tanto da prestação dos serviços ora contratados, como de quaisquer atos da própria Contratada, seus representantes, empregados e/ou prepostos;

b) responder por todo e qualquer dano ou prejuízo causados a seus veículos transportadores, instalações, representantes, empregados e/ou prepostos, ainda que se encontrem nas instalações do LAQFA ou em local de destino ocorridos quando da prestação dos serviços ora contratados, inclusive os provenientes de caso fortuito ou força maior;

c) nas responsabilidades ora assumidas pela Contratada, especialmente as previstas nas alíneas a e b deste subitem, não terá ela direito regressivo em relação ao LAQFA ou a qualquer instituição de destino da carga, bem como não há solidariedade destes e destas por danos ou prejuízos pessoais e materiais causados pela Contratada e seus representantes, empregados e/ou prepostos;

d) manter, durante o período de vigência do contrato, a validade das licenças, dos registros e dos seguros exigidos pela legislação em vigor;

e) indenizar os prejuízos causados ao LAQFA ou a qualquer instituição de destino da carga, provocados por serviços inadequados, quando evidenciada a responsabilidade da Contratada, seja por sua ação ou omissão.

Especificação da garantia do serviço

5.12. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido[A9] na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Dimensionamento da proposta

5.14. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.14.1. Armazenagem da carga:

5.14.1.1. Quando houver necessidade de armazenagem da carga durante o transporte, esta deverá ser feita por empresa legalmente autorizada, possuidora da Autorização de Funcionamento (AFE) para armazenar medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e produtos para saúde emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA/MS), conforme Lei nº 6.360 de 23/09/76, e alterada pelo Decreto nº 8.077 de 14/08/2013, devendo tal fato ser prontamente informado ao LAQFA, por contato telefônico ou e-mail. A empresa deve ainda estar legalmente licenciada junto à Autoridade Sanitária Municipal e Estadual ou do Distrito Federal, para atividade de armazenagem de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e produtos para saúde, além de regularizada junto ao Conselho de Classe correspondente.

5.14.1.2. Quando houver necessidade de armazenagem da carga sujeita a regime especial de controle (Portaria 344/1998 e suas atualizações) durante o transporte, esta deverá ser feita por empresa legalmente autorizada, possuidora da Autorização Especial (AE) para armazenar medicamentos e insumos farmacêuticos, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA/MS), devendo tal fato ser prontamente informado ao LAQFA, por contato telefônico ou e-mail. A empresa deve ainda estar

legalmente licenciada junto à Autoridade Sanitária Municipal e Estadual ou do Distrito Federal, para atividade de armazenagem de medicamentos e insumos farmacêuticos sujeitos a regime especial de controle, além de regularizada junto ao Conselho de Classe correspondente. Os produtos deverão ser obrigatoriamente guardados em local exclusivo, que ofereça segurança para este fim, sob a responsabilidade do profissional legalmente habilitado.

5.14.1.3. Os procedimentos anteriormente mencionados não invalidam as aplicações de disposições específicas relacionadas ao transporte e armazenagem de:

- a) substâncias psicotrópicas, entorpecentes e/ou precursoras;
- b) radiofármacos; e
- c) qualquer outro produto sujeito a controle especial.

5.14.2. Valor da carga:

5.14.2.1. Os fretes das cargas, objeto deste Termo de Referência, poderão atingir, ou mesmo ultrapassar, em 20%, o valor estimado de 582.003,99 (quinhentos e oitenta e dois mil, três reais e noventa e nove centavos).

5.14.2.2. O valor da carga a ser transportada será informado pelo LAQFA no momento em que o Termo de Coleta for encaminhado à Contratada, conforme anexo deste Termo de Referência.

5.14.3. Seguro da carga:

5.14.3.1. Ficará sob a responsabilidade da Contratada a efetivação do seguro junto à Companhia Seguradora, das cargas a serem transportadas, cabendo-lhe, portanto, a cobrança de “Ad Valorem”.

5.14.3.2. O percentual correspondente ao “Ad Valorem” não poderá ser superior a 0,8% (oito décimos por cento).

5.14.3.3. Em caso de sinistro, roubo ou furto, a contratada deve comunicar imediatamente ao contratante, ao titular do registro sanitário e à autoridade sanitária, sem prejuízo de outras providências pertinentes.

5.14.3.4. A contratada deverá comunicar, por escrito, imediatamente a Contratante e elaborar um relatório com a descrição do acidente e as medidas adotadas, inclusive informar se ocorreu algum dano ambiental. Este relatório deverá ser encaminhado à contratante em até 48 horas e deve ser assinado pelo Responsável Técnico da empresa contratada.

5.14.3.5. A carga imprópria para comercialização deverá ser recolhida pela contratada e encaminhada para o LAQFA para fins de destruição. Todos os custos relativos ao transporte do material recolhido e do serviço de incineração do mesmo serão responsabilidade da contratada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A forma de aferição/medição do serviço, para efeito de pagamento com base no resultado, conforme as seguintes diretrizes, no que couber: recebimento e aceite do pacote de documentos previstos conforme cronograma físico-financeiro.

Preposto

6.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.20. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.21. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.22. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.23. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.24. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.25. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.26. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Alteração subjetiva

6.27. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Vistoria para a licitação

6.28. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim.

6.29. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.29.1. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.29.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 12 horas.

6.29.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.29.4. A vistoria deverá ser agendada através do e-mail creiscrs@fab.mil.br.

6.29.5. Ao final da vistoria, o representante do LAQFA deverá atestar o fato emitindo o Termo de Visita, conforme anexo.

6.29.6. A não realização da vistoria, facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.30. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do Art. 12, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1. O prazo de validade;

7.4.2. A data da emissão;

7.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4. O período de prestação dos serviços;

7.4.5. O valor a pagar; e

7.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.6.1. Não produziu os resultados acordados;

7.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = (TX)$$

$$I = 0,00016438$$

$$I = (6 / 100)$$

365

Reajuste

7.17. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.17.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.18. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.19. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.20. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.21. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.22. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.23. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

8.2.4.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

8.2.4.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

8.2.4.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

8.2.4.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

8.2.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8.15. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será por preço global, conforme composição do Anexo I (Modelo para Composição do Frete).

9.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital

Críticos de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será: R\$ 48.500,33 (quarenta e oito mil e quinhentos reais e trinta e três centavos).

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item 1 (um) deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Ato de autorização para Licenciamento Sanitário para o exercício da atividade de armazenagem e transporte rodoviário e aéreo municipal, intermunicipal e interestadual de medicamentos (inclusive os sujeitos a regime especial de controle – Portaria 344 /1998 e suas atualizações – e termolábeis com temperatura entre 2°C e 8°C), produtos para a saúde, cosméticos, insumos farmacêuticos e saneantes, expedido pela

Vigilância Sanitária (VISA), de acordo com a Lei nº 6.360/1976 e o Decreto nº 8.077 /2013, expedido pelo órgão de vigilância local.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.26. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.28. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.33. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.34. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.34.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Apresentar um atestado de capacidade técnica emitido por indústria farmacêutica, distribuidora de medicamentos ou empresa devidamente autorizada a comercializar produtos sujeitos a controle sanitário, tais como medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos para saúde e saneantes, declarando que a proponente já prestou serviço de transporte de produto sujeito a controle sanitário, dentro das normas técnicas e legislações correlatas, inclusive suas atualizações. No atestado deverá constar o endereço e CNPJ da empresa contratante, período de duração do contrato, produto transportado e volume transportado/ano. A empresa poderá acumular mais de um atestado de capacidade técnica objetivando atender o mínimo de cargas transportadas, exigidas para atender esse item;

9.36.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.36.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37. Comprovar através de Autorização de Funcionamento (AFE) - ANVISA e Alvará Sanitário vigente e local que possui local apropriado e autorizado pela ANVISA para atividade de armazenamento de medicamentos, inclusive os sujeitos a regime especial de controle (Portaria nº 344/98 e suas atualizações), cosméticos e produtos para saúde, insumos farmacêuticos e saneantes. Este armazém deverá atender as diretrizes regulatórias estabelecidas para as áreas de produtos sujeitos a controle sanitário, descritos na RDC nº658/2022, RDC nº430/2020, RDC nº 654/2022, RDC nº665/2022, RDC nº47/2013, RDC nº48/2013, conforme classe do produto;

9.38. Apresentar documentação que comprove a dedetização periódica dos veículos que realizam o transporte dos medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e produtos para saúde;

9.39. Apresentar Manual de Boas Práticas de Transporte e Armazenamento de Medicamentos, Insumos Farmacêuticos, Cosméticos, Saneantes e Produtos para Saúde, conforme RDC nº16 /2014;

9.40. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS);

9.41. Apresentar relação do quantitativo de veículos com marca, placa e fotografia externa dos veículos e interna dos baús, como prova de que os mesmos estão adequados para o transporte de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos para saúde, saneantes em conformidade com as Boas Práticas de Transporte.

9.42. A Contratada deverá apresentar ao LAQFA as seguintes licenças e autorizações:

9.42.1. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) contemplando a atividade econômica exercida;

9.42.2. Alvará de Localização e Funcionamento expedido pela Prefeitura;

9.42.3. Contrato social ou ata de constituição e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, e no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

9.42.4. Publicação no Diário Oficial da União da Autorização de Funcionamento (AFE) para transportar medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos para saúde e saneantes, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme art.2º, 50 e 51 da Lei nº 6.360, de 23/09/76, alterado pelo Decreto nº 8.077 de 14/08/2013. As atividades autorizadas podem constar de um único documento ou de documentos separados, mas devem ser referentes à mesma empresa;

9.42.5. Publicação no Diário Oficial da União da Autorização Especial (AE) para transportar medicamentos e insumos farmacêuticos, entorpecentes e psicotrópicos, emitida pela ANVISA, conforme Art 2º da Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações;

9.42.6. Licença/Alvará de Funcionamento Sanitário vigente e respectiva publicação no Diário Oficial emitido pela Vigilância Sanitária Local para o transporte de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, inclusive os sujeitos a regime especial de controle, Saneantes, Produtos para Saúde e Cosméticos, expedidos pela Autoridade Sanitária Municipal/Estadual/DF por endereço e CNPJ;

9.42.7. Registro Nacional de Transporte Rodoviários de Carga – RNTRC emitido pela ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre), conforme disposto na Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007;

9.42.8. Certificado de Aprovação emitido pelo Corpo de Bombeiros;

9.42.9. Licenças ambientais: Licença de Operação emitida pelo órgão Ambiental Estadual/Municipal (Lei 6.938/81, Lei Complementar 140/2011 e Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97);

9.42.10. Certidão de Regularidade Técnica (CRT), comprovando o registro ativo da empresa, por endereço e CNPJ, e a responsabilidade técnica junto ao Conselho de Classe correspondente;

9.42.11. Certificado de Vistoria do Veículo e Licenciamento dos veículos para executar o transporte de medicamentos (incluindo Portaria 344 e termolábeis com temperatura entre 2° e 8° C), insumos farmacêuticos, cosméticos, saneantes e produtos para saúde conforme código sanitário municipal. Os veículos deverão estar adequados, conservados e com manutenção em dia;

9.42.12. Apresentar Licença Sanitária, AFE e AE, para a atividade de “armazenar” no caso de empresa transportadora que realize o armazenamento de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos para saúde e saneantes.

9.43. Arcabouço regulatório:

9.43.1. A prestação de serviços de transportes de produtos sujeitos a Vigilância Sanitária deve ser realizada de acordo com as legislações descritas a seguir, assim com as suas atualizações:

9.43.1.1. Lei nº6.360/1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;

9.43.1.2. Lei nº6.437/1977 - Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências;

9.43.1.3. Portaria SVS/MS nº344/1998 - Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial e suas atualizações;

9.43.1.4. RDC nº 654/2022 - Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos;

9.43.1.5. RDC nº16/2014 - Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas;

- 9.43.1.6. RDC nº 658/2022 - Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos;
- 9.43.1.7. RDC nº 430/2020 - Dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamento;
- 9.43.1.8. RDC nº 234/2018 - Dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências;
- 9.43.1.9. RDC nº 176/2006 - Aprova o Regulamento Técnico “Contratação de Terceirização para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes”;
- 9.43.1.10. RDC nº 175/2006 - Contratação de serviços de terceirização de produtos Saneantes fabricados no âmbito do MERCOSUL;
- 9.43.1.11. RDC nº 48/2013 - Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, e dá outras providências;
- 9.43.1.12. RDC nº 665/2022 - Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos e Produtos para Diagnóstico de Uso In Vitro e dá outras providências;
- 9.43.1.13. RDC nº 47/2013 - Aprova o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes, e dá outras providências;
- 9.43.1.14. RDC nº 204/2006 - Determina a todos os estabelecimentos que exerçam as atividades de importar, exportar, distribuir, expedir, armazenar, fracionar e embalar insumos farmacêuticos o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Regulamento Técnico de Boas Práticas de Distribuição e Fracionamento de Insumos Farmacêuticos;
- 9.43.1.15. Lei Complementar nº 197/2018- Dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária do Município do Rio de Janeiro e acrescenta dispositivos ao Título V do Livro Primeiro da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984 – Código Tributário Municipal;
- 9.43.1.16. Decreto RIO Nº 45585, de 27/12/18- Dispõe sobre o regulamento administrativo do Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, de que trata a Lei Complementar nº 197, de 27 de dezembro de 2018, no tocante ao licenciamento sanitário e aos procedimentos fiscalizatórios, e dá outras providências;
- 9.43.1.17. Lei nº 6.938, de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- 9.43.1.18. Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013 (Regulamenta o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP);
- 9.43.1.19. Instrução Normativa nº 12, de 13 de abril de 2018 (Institui o Regulamento de Enquadramento de pessoas físicas e jurídicas no CTF de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais);

9.43.1.20. Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018 (Regulamenta o controle ambiental do exercício de atividades potencialmente poluidoras referentes às substâncias sujeitas a controle e eliminação conforme o Protocolo de Montreal).

9.44. Registro, identificação e habilitação:

9.44.1. Para fins de Autorização de Funcionamento de Empresas Transportadoras, deverão ser observados os dispositivos do Art.28 da RDC nº16, de 01/04/2014, que dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.

9.44.2. Os veículos transportadores utilizados na prestação de serviço deverão, obrigatoriamente, estarem inscritos no Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Cargas – RNTRC, conforme disposto no art. 2º da Lei 11.442, de 5 de janeiro de 2007, e na Resolução ANTT nº 4.799, de 27 de julho de 2015, sendo obrigatória a identificação eletrônica do veículo, na forma estabelecida pela ANTT, mediante instalação de Dispositivo de Identificação Eletrônica.

9.44.3. Os veículos transportadores que vierem a substituir os que forem apresentados inicialmente para a prestação dos serviços, por quaisquer motivos, deverão obedecer às mesmas exigências estabelecidas nos subitens anteriores.

Disposições gerais sobre habilitação

9.45. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.46. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.47. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.48. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.49. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Controle e fiscalização da execução

9.50. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos Arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

9.51. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.52. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

9.53. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

9.54. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.55. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 127 da Lei nº 14.133/2021.

9.56. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.57. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.58. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.59. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

9.60. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.61. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

9.62. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

9.63. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicado às sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

9.64. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

9.65. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.66. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

9.66.1. Avaliação/Qualificação do Serviço de Transporte conforme Plano de Qualificação de Fornecedores de Materiais/Serviços.

9.67. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

9.68. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

Recebimento e aceitação do objeto

9.69. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

9.70. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

9.71. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

9.71.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.71.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.71.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.71.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.71.2. No prazo de até 10 dias corridos, a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.71.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.71.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.71.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

9.72. No prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.72.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.72.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.72.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

9.73. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

9.74. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos /refeitos /substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Garantia da execução

9.75. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

9.76. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

9.76.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

9.76.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o inciso I do Art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

9.77. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

9.78. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

9.78.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

9.78.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

9.78.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

9.78.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

9.79. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

9.80. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

9.81. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.82. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.83. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

9.84. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez.) dias úteis, contados da data em que for notificada.

9.85. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

9.86. Será considerada extinta a garantia:

9.86.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

9.86.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

9.86.3. No caso da adjudicatária apresentar como garantia caução títulos da dívida pública, só terão validade os escriturais, registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação do Ministério da Fazenda (<http://www.receita.fazenda.gov.br/imprensa/notas/2004/novembro/16112004.htm>).

9.86.4. O seguro garantia só será aceito depois de examinada e comprovada a idoneidade da Seguradora, cujas informações serão consultadas no sítio da SUSEP.

9.87. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

9.88. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Edital e no Contrato.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor de referência para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, é de R\$ 582.003,99 (quinhentos e oitenta e dois mil, três reais e noventa e nove centavos), conforme ANEXO II e ANEXO III deste TR.

10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do serviço, nas seguintes situações.

10.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária para o exercício de 2025, conforme abaixo:

- I. Gestão/Unidade: 00001/120043
- II. Fonte de Recursos: 10000000000
- III. Programa de Trabalho: 214537
- IV. Elemento de Despesa: 339039
- V. Plano Interno: CG190904100

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2025.

CAROLINE REIS DE SIQUEIRA

Membro da comissão de contratação

DOUGLAS ABRAMOSKI RIBEIRO

Membro da comissão de contratação

BRENDA DE ANDRADE DA CONCEIÇÃO

Membro da comissão de contratação

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAROLINE REIS DE SIQUEIRA

Membro da comissão de contratação

DOUGLAS ABRAMOSKI RIBEIRO

Membro da comissão de contratação

BRENDA DE ANDRADE DA CONCEICAO

Membro da comissão de contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERENCIA
Data/Hora de Criação:	17/07/2025 12:39:57
Páginas do Documento:	43
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	44
Hash MD5:	407c2c1cf81a6dbed83e98b321ee1ade
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten CAROLINE REIS DE SIQUEIRA no dia 17/07/2025 às 09:42:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten TAÍS CEZARINO GASTIN no dia 17/07/2025 às 10:54:40 no horário oficial de Brasília.